



7 • Correio Braziliense — Brasília, segunda-feira, 16 de outubro de 2023

Bolsas Na sexta-feira	Pontuação B3 Ibovespa nos últimos dias	Dólar Na sexta-feira	Salário mínimo R\$ 1.320	Euro Comercial, venda na sexta-feira	CDI Ao ano	CDB Prefixado 30 dias (ao ano)	Inflação IPCA do IBGE (em %)
1,11% São Paulo	114.170 / 115.754	R\$ 5,088 (+ 0,77%)		R\$ 5,350	12,65%	12,51%	Maio/2023 0,23 Junho/2023 -0,8 Julho/2023 0,12 Agosto/2023 0,23 Setembro/2023 0,26

CORREIO DEBATE

Tributação sobre bebidas em discussão

Especialistas e autoridades participam de evento sobre "imposto do pecado" previsto no novo sistema de cobrança sobre consumo

» FERNANDA STRICKLAND

Gladyston Rodrigues/Estado de Minas



A carga tributária sobre destilados no Brasil pode ultrapassar 80% do valor final do produto

A discussão sobre tributação de bebidas alcoólicas vem ganhando destaque, em grande parte, quando se trata da dose-padrão das bebidas destiladas. Especialistas e autoridades têm debatido a possibilidade de impor taxas adicionais sobre essas bebidas como uma forma de lidar com questões de saúde pública e aumentar a arrecadação de recursos.

Essa questão em torno da reforma tributária será debatida no seminário "Correio Debate: Alcool e Tributação: uma discussão consciente", um evento realizado pelo Correio Braziliense, em parceria com a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), amanhã, a partir das 14h30, na sede do jornal. O encontro reunirá autoridades e especialistas para propor uma discussão consciente sobre a isonomia tributária para o setor. A transmissão será feita ao vivo em todas as redes da publicação.

A tributação de bebidas alcoólicas já é uma prática comum em muitos países, com o objetivo de desencorajar o consumo excessivo e gerar receita para o governo. No entanto, a proposta de tributação específica na dose padrão de bebida alcoólica destilada tem gerado controvérsias. Segundo o economista e consultor sênior da GO Associados Murilo Viana, a dose-padrão é uma ferramenta utilizada em mais de 50 países para auxiliar na responsabilidade no consumo de álcool. "A referência permite calcular a ingestão absoluta de álcool. Por exemplo: uma lata de 350ml de cerveja, uma taça de 150ml de vinho ou 40ml de qualquer drink, destilado ou cachaça, têm a mesma quantidade de álcool puro: 14 gramas", exemplifica.

"Quando você pensa que o bafômetro não distingue o tipo de álcool ingerido, mas sim a quantidade ingerida, é importante questionar: por que as bebidas possuem tratamento fiscal diferente?", questiona Viana. "É preciso entender que álcool é álcool e não podemos ter dois pesos e duas medidas tributárias para tratar a mesma categoria", acrescenta.

A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 45/2019, que trata da reforma tributária sobre o consumo, que começou a tramitar no Senado Federal após aprovação na Câmara dos Deputados, em julho, prevê a implementação de um imposto seletivo sobre bens e serviços que sejam prejudiciais à saúde e ao meio ambiente. O tributo ganhou o apelido de "imposto

do pecado", porque deve incidir sobre produtos considerados prejudiciais à saúde ou que possam gerar comportamentos indesejáveis na sociedade, como bebidas alcoólicas, cigarros, refrigerantes açucarados e alimentos com alto teor de gordura e açúcar.

Para a Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD), a desigualdade competitiva fica explícita, ao considerar que os destilados respondem por 10% do mercado e arcam com 36% do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) de todo o setor de bebidas alcoólicas. "Imposto alto não desestimula o consumo e abre o caminho para o crescimento do mercado ilegal de bebidas, principalmente em um cenário de crise econômica",

destaca a ABBD, em nota oficial.

Contradições

Defensores dessa medida argumentam que uma tributação adicional poderia ajudar a reduzir o consumo excessivo de álcool, bem como financiar programas de prevenção e tratamento de doenças relacionadas ao consumo abusivo de bebidas. Estudos indicam uma correlação entre o aumento de preços e a diminuição do consumo de álcool.

Por outro lado, críticos da proposta afirmam que uma tributação adicional poderia impactar negativamente a indústria de bebidas destiladas, levando a possíveis consequências econômicas, como a redução de empregos e o incentivo

Programação

- » **Abertura 14h30**
» Efraim Filho, senador e relator da reforma tributária no Senado;
- » José Eduardo Macedo Cidade, presidente da Associação Brasileira de Bebidas Destiladas (ABBD)
- » **Pré-painel**
» Gesner Oliveira, sócio da GO Associados e coordenador do Centro de Estudos de Infraestrutura & Soluções Ambientais da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- » **Painel 1 - Tributação das bebidas alcoólicas: distorções e consequências da falta de isonomia**
» Fábio Soares de Melo, doutor e mestre em Direito Tributário
- » Carlos Eduardo Cabral de Lima, diretor de Mercado e Estudos Econômicos do Instituto Brasileiro da Cachaça (Ibrac)
- » Carlos Eduardo Roehnis Lopes, vice-presidente e coordenador do Grupo de Trabalho Tributário da ABBD
- » Murilo Viana, consultor sênior da GO Associados
- » **Pré-painel**
» Júlio Lopes, deputado federal
- » **Painel 2 - Os reflexos do desequilíbrio tributário: mercado ilegal, saúde pública e arrecadação**
» Daniel Monferrari, head de Proteção às Marcas e Segurança Corporativa da Diageo, no Brasil
- » Andrey Corrêa, secretário-executivo do Conselho Nacional de Combate à Pirataria (CNCPC)
- » **Encerramento**
» Reginaldo Lopes, deputado e chefe do Grupo de Trabalho sobre reforma tributária na Câmara.

ao mercado ilegal. Além disso, questionam a eficácia dessa medida em relação à saúde pública, argumentando que é necessário abordar o consumo excessivo de álcool de maneira mais abrangente, por meio de campanhas educativas e políticas de saúde.

No contexto internacional, diferentes países têm adotado abordagens distintas em relação à tributação de bebidas alcoólicas destiladas. Alguns optam por taxas mais elevadas, visando tanto a saúde pública quanto a arrecadação de recursos, enquanto outros preferem manter impostos mais baixos, a fim de incentivar a indústria e o turismo.

No Brasil, a tributação sobre bebidas alcoólicas já existe,

mas a possibilidade de uma tributação específica na dose-padrão de bebida destilada ainda está em discussão. Especialistas e representantes do setor têm participado de debates para avaliar os impactos econômicos e sociais dessa medida, bem como seus efeitos na saúde pública.

O diálogo entre especialistas, indústria, governo e sociedade civil é fundamental para encontrar um equilíbrio que atenda aos interesses de todos os envolvidos. É importante ressaltar que qualquer decisão relacionada à tributação de bebidas alcoólicas destiladas deve considerar cuidadosamente os diversos aspectos envolvidos, desde a saúde pública até o impacto econômico.

BRINQUEDOS

Importações de jogos saltam 29%

A procura por jogos e brinquedos tende a aumentar consideravelmente devido às festas de fim de ano. Uma pesquisa realizada pela Vixtra, fintech de comércio exterior, com base em dados disponibilizados pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex), revela que a importação desses produtos atingiu US\$ 449 milhões até setembro de 2023, registrando um aumento de 29% em relação ao mesmo período no ano anterior. Em valores, o crescimento foi de US\$ 102 milhões.

O movimento vai na contramão de outras categorias de importações, como as de pequeno valor, que sofreram queda nos primeiros meses do ano. Os videogames são os principais responsáveis por alavancar os números apresentados. A categoria registrou um crescimento de 72% e representa 53% do total de importações dos produtos analisados.

Leonardo Baltieri, co-CEO da Vixtra, explica que os últimos lançamentos no setor podem ter contribuído para esse aumento.



Vale destacar ainda que tivemos uma redução no imposto de games no ano de 2022, o que pode ter influenciado para o ocorrido"

Leonardo Baltieri, co-CEO da Vixtra

"O público gamer é um dos consumidores mais fiéis e entusiasmados quando se trata de produtos relacionados ao nicho. Vale destacar ainda que tivemos uma redução no imposto de games no ano de 2022, o que pode ter influenciado para o ocorrido", afirma.

"A tributação afeta diretamente os preços finais dos jogos, consoles e acessórios, os tornando mais ou menos acessíveis para o público. Com valores mais baixos, os consumidores se dispõem a comprar mais jogos, ou

até mesmo adquirir eletrônicos que antes estavam fora de seu orçamento", completa Baltieri.

O executivo ressalta que "importar jogos e brinquedos é uma maneira de oferecer preços mais competitivos no mercado para o Dia das Crianças, e como as importações levam mais tempo para chegar aos estoques, há todo um planejamento por parte dos comerciantes em torno disso. Portanto, as encomendas são feitas com bastante antecedência para conseguir suprir a demanda por esses produtos ao passo

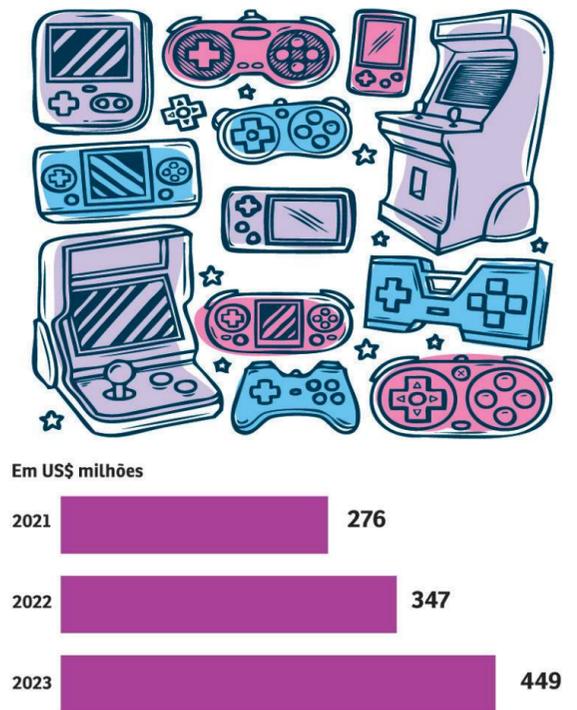
que a data se aproxima", avalia.

Um dado que chama a atenção é a força da China nesse mercado. O país é o principal exportador dessas mercadorias para o Brasil, representando 86% do total importado nos primeiros nove meses de 2023, correspondendo a US\$ 98 milhões, o equivalente a 96% dos US\$ 102 milhões do crescimento registrado no mesmo período. Vietnã com 3% e Malásia com 2% completam o Top 3 dos principais exportadores.

"A China apresenta uma competitividade enorme relacionada a custos e produção. E no setor de lazer, sobretudo com jogos e brinquedos, isso é ainda mais evidente", afirma. "Portanto, não chega a surpreender sua liderança nas exportações desses produtos. Por outro lado, as empresas locais também podem se beneficiar disso, uma vez que podem ter acesso a produtos em condições mais favoráveis e, assim, manter a competitividade de seus negócios", diz. (FS)

Evolução

Confira as importações de brinquedos de janeiro a setembro



Fonte: Vixtra